

Reflexões sobre o conceito de ideologia em Hannah Arendt

Reflexiones sobre el concepto de ideología en Hannah Arendt

Lara França Da Rocha

Universidade Federal do Ceará

Judikael Castelo Branco

Universidade Federal de Tocantins

Cómo citar este artículo:

Da Rocha, Lara França y Castelo Branco, Judikael (2022). Reflexões sobre o conceito de ideologia em Hannah Arendt. *Pescadora de Perlas. Revista de estudios arendtianos*, vol. 1, n° 1, 178-204. Disponible en: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/pescadoradepelras>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o conceito de ideologia fundamentado por Hannah Arendt. A hipótese central defendida é que a compreensão sobre o *modus operandi* do discurso ideológico oferece um panorama de reflexão que ilumina não apenas os regimes totalitários, mas também a substituição da verdade factual pela tirania do raciocínio autopropelido, recurso protototalitário correntemente utilizado pelos governos atuais. Para tanto, inicialmente será exposta a definição arendtiana de ideologia, relacionando-a com as leis da história e da natureza e com o afastamento do pensamento com relação à realidade. A seguir, com o objetivo de compreender como a ideologia aplaina o caminho para o terror, serão indicadas as características totalitárias presentes nos *ismos*, bem como os tentáculos ideológicos apontados por Arendt em *Origens do totalitarismo*: a educação, a propaganda e os discursos do líder.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia, totalitarismo, história, terror, propaganda.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el concepto de ideología elaborado por Hannah Arendt. La hipótesis central que se defiende es que la comprensión del *modus operandi* del discurso ideológico ofrece un panorama de reflexión que ilumina no sólo los regímenes totalitarios, sino también la sustitución de la verdad

fáctica por la tiranía del razonamiento autopropulsado, recurso protototalitario utilizado por diferentes gobiernos actuales. Para ello, se expondrá inicialmente la definición arendtiana de ideología, relacionándola con las leyes de la historia y la naturaleza y con la distancia entre pensamiento y realidad. A continuación, para comprender cómo la ideología allana el camino al terror, se señalarán las características totalitarias presentes en los *ismos*, así como los tentáculos ideológicos señalados por Arendt en *Los orígenes del totalitarismo*: educación, propaganda y discursos del líder.

PALABRAS CLAVE: Ideología, totalitarismo, historia, terror, propaganda.

1. Conceito de ideologia

Apesar de desafiar os fundamentos das leis positivas, não é possível considerar que o totalitarismo se baseia em um discurso arbitrário, já que se orienta segundo as leis da natureza e da história, sendo “mais obediente a essas forças sobre-humanas que qualquer governo jamais o foi” (Arendt, 2011: 514).¹ Ao querer se amparar no que tradicionalmente foi reconhecido como a fonte da legalidade, seu escopo era alcançar uma forma superior de ordenamento que, como tal, pudesse dispensar convenções menores, suscetíveis a equívocos.

Ambicionando converter a humanidade em uma encarnação dessas leis, o totalitarismo se baseou em um movimento ininterrupto cuja direção caminhava rumo à sua própria extinção, pois “se é lei da natureza eliminar tudo o que é nocivo e indigno de viver, a própria natureza seria eliminada quando não pudesse encontrar novas categorias nocivas; se é lei da história que, numa luta de classes, certas classes fenecem, a própria história chegaria ao fim se não se formassem novas classes que pudessem fenecer” (Arendt, 2011: 516). Assim, o Estado e suas instituições serviriam apenas para assegurar que esses regulamentos se realizassem.

Governando por leis que, diferentes das positivas, não conferem marcos de confiabilidade para os indivíduos, pois pretendem extinguir a capacidade humana de iniciar, o movimento ininterrupto dessas normas dá lugar ao terror que comprime os homens com força suficiente para extinguir o espaço indispensável

¹ A bibliografia sobre o tema é extensíssima. Aqui, recomendamos o texto de Joahnn Chapoutot (2014).

para a preservação de suas liberdades. “Diferente da mera consistência epistemológica, as leis supra-humanas hipostasiam uma lógica consequencial que não pode ser desafiada pelos eventos” (Rensmann, 2014: 90).

Ao executar as sentenças que a história e a natureza já prescreveram, o terror forneceu velocidade descomunal aos processos inerentes a essas leis sobre-humanas, o que só foi realizável porque os indivíduos, no contexto de alienação, massificação e isolamento, se identificaram como representantes dessas normas, confundindo-se com elas. Para atingir esse intento, o elemento que prepara as massas para a dominação total, destruindo maximamente a sua espontaneidade e a possibilidade do livre exercício do pensamento, é a ideologia.

Os habitantes de um país totalitário são arremessados num processo de natureza ou da história para que se acelere o seu movimento, só podem ser carrascos ou vítimas da sua lei inseparável. O processo pode decidir que aqueles que hoje eliminam raças ou membros das classes agonizantes [...] serão amanhã os que devem ser imolados. Aquilo que o sistema totalitário precisa para guiar a conduta dos seus súditos é um preparo para que cada um se ajuste igualmente bem ao papel de carrasco e ao de vítima. Essa preparação bilateral, que substitui o princípio de ação, é a ideologia (Arendt, 2011: 520).

Arendt frequentemente se referiu à ideologia como os *ismos* e a definiu como a lógica de uma ideia. O objetivo do discurso ideológico é fornecer explicações totais sobre os fenômenos, descobrindo suas causas “ocultas”. Constantemente revestido com a aparência de linguagem científica, esse discurso é construído com a finalidade de engolfar as multidões, moldando-as tanto para o papel de carrasco quanto de vítima. Frente a isto, Lefort (1979) pontua que a interpelação ideológica, voltada à sedução das massas, torna possível a conformação do Um-só-homem, construindo uma unidade social que normaliza a necessidade do extermínio de grupos inteiros.

Nas condições de dominação ideológica brutal, o princípio de ação que, em outras formas de governo motiva os homens a atuar no espaço público, é meramente ideológico, pois a lógica de seus argumentos suprime tanto os “espaços intermediários onde se poderiam abrigar a imaginação, o bom senso e mesmo o senso [comum]” (Souki in Aguiar et. al., 2001: 111) quanto a deliberação, faculdade essencial para a manutenção da política e constituinte do diálogo interior. A

ideologia elimina o espaço necessário ao exercício do pensar, de modo que onde ela se sobressai dificilmente o pensamento ficará a salvo, já que a contingência é substituída pela “tirania da ficção, o argumento compulsivo, autopropelido, inquestionável, «objetivo» [...]. Nada de humano, de «subjetivo», de mortal” (Aguiar, 2003: 109).

O conceito arendtiano de ideologia, divergindo, por exemplo, do significado marxiano, se relaciona com o surgimento do fenômeno totalitário, sendo tão característico deste que, de acordo com a autora, o potencial verdadeiramente coercitivo da ideologia era desconhecido antes de Hitler e de Stálin (Arendt, 2008). Assim, se a ideologia marxiana se refere a um aparato de ideias e conceitos utilizado para a manutenção das relações de poder,² fundado no ocultamento e na dissimulação difundidos por princípios forjados pelos detentores do capital com o intento de apartar os homens da luta de classes, em Arendt, os princípios de ocultamento e dissimulação permanecem na base dessa moldura conceitual, mesmo que desassociados dos interesses de classe (Pereira, 2018). Na autora, o distanciamento do mundo e a fuga do real que originam a ideologia nem têm a pretensão da verdade e nem tampouco de garantir o partilhar-o-mundo; ao contrário, pretendem afastar os homens de qualquer experiência verdadeiramente política, estabelecendo um contexto no qual o que os vincula é a consecução dos ditames ideológicos (Barbosa, 2016). No contexto totalitário, a única coisa comum entre os homens é o compromisso com a execução das leis da história e da natureza.

A tirania do raciocínio autopropelido, o processo compulsivo de dedução, é

² “Uma ideologia, de acordo com Marx, articula aquilo que alguém aparenta ser em benefício de seu papel ativo no mundo; todas as leis do passado, religiões e filosofias são, desse modo, ideologias” (Arendt, 2021: 50). Como fica posto na síntese de André Engrén (1984: 202-203): “Arendt não evoca qualquer relação imaginária com condições materiais de existência disfarçadas por interesses de classe, nenhuma racionalização penetrada por afetos, e a sua definição ainda se opõe às teorias decorrentes do marxismo na medida em que se recusa a fazer da a-historicidade ou, *a fortiori*, de uma compreensão não dialética da realidade uma característica importante da ideologia. Além disso, não é reivindicada qualquer cientificidade exclusiva da ideologia, escapando milagrosamente daquilo que P. Veyne chama de «errância histórica». São suspeitas de ideologia as visões totalizantes que se valem de uma instância externa de verdade e não as apreensões parciais, sendo a ilusão por excelência justamente o conhecimento absoluto que supostamente emerge da ordem invisível das coisas. Limitada pelo seu objeto, a definição arendtiana é perfeitamente adequada às suas próprias categorias”.

antinômico ao pensamento. Seguir o fluxo dos acontecimentos movendo-se apenas a partir dos preceitos ideológicos equivale ao “triunfo de uma máquina intelectual que produz as consequências a partir dos princípios, como se o pensamento se encontrasse desconectado da experiência do real” (Lefort, 1986: 65). Frente a isso, Pereira (2018) afirma que a lógica de uma ideia se volta para a formulação de premissas coerentes e válidas, mas sem compromisso com a verdade. Para defender essa elaboração, o autor cita Margutti Pinto, para quem a inferência lógica se direciona muito mais para a formalidade do argumento (ou seja, para a sua validade) do que para se manter vinculada à verdade factual.³ Dito de outro modo, o compromisso do argumento lógico é com o estabelecimento de premissas válidas de acordo com os preceitos da ciência lógica, mesmo que elas não possuam fundamento na realidade.⁴

Desassociando pensamento e experiência, a ideologia é essencialmente antipolítica, pois, ao apartar-se da verdade factual, ela desfigura a realidade, fabricando uma nova a partir do quadro explicativo fornecido pelas leis da história e da natureza. Em outros termos, “natureza e história formam os eixos processuais em que a lógica de uma ideia, isto é, o movimento coerente de uma premissa desconexa das contradições e imprevisibilidades da realidade, avança de maneira autônoma da realidade [...], de maneira infinita, num processo pelo processo, tal como atestam os campos de concentração” (Pereira, 2018: 208).

Se os governos totalitários contaram com o apoio da maioria da população, isso se deu também porque a ideologia preparou os indivíduos para que os crimes cometidos pelo Estado fossem considerados o cumprimento do inevitável, parte da sentença predeterminada pelas leis eternas, sem que eles parassem para pensar no que estavam fazendo: na tirania da lógica não importa examinar o conteúdo, mas apenas seguir o movimento interno de dedução. Assim, “quando [Hitler] diz que o «pensamento só existe para dar e executar uma ordem», ele está extraíndo a

³ Para o aprofundamento da análise sobre a verdade dos fatos, recomendamos o texto de Pereira (2018b).

⁴ Pereira (2018) cita o seguinte exemplo para demonstrar a diferença entre argumento válido e argumento verdadeiro: “Todo inseto é humano/ toda abelha é inseto/ logo toda abelha é humano” (Margutti Pinto, 2001 apud Pereira, 2018: 206). Assim, uma inferência válida não necessariamente é uma sentença verdadeira.

conclusão [...] que «tudo é bobagem». Seus ouvintes, fascinados com a absoluta coerência dessa visão de mundo, apenas em raríssimos casos teriam imaginação prática suficiente para captar o derradeiro significado dessa lógica inabalável” (Arendt, 2008: 318).

A ideologia é a argumentação que justifica quaisquer códigos e explicações que se pretendam totais. Sem seus incrementos, não seria concebível que um grande contingente de indivíduos compartilhasse – e reproduzisse – as mesmas opiniões. Sua irrupção na cena pública não é um fato isolado; ao contrário, ela tende a prosperar em um contexto de dissolução da política, de desarraigamento do mundo (e, com ele, da frustração dos indivíduos por sentirem-se incapazes de agir) e de desgaste das instituições públicas, que não conseguem mais assegurar aos indivíduos as condições favoráveis à participação efetiva na política. Na ausência de interesses comuns e ansiando sentirem-se incluídos, os indivíduos substituem a pluralidade de vozes do *sensus communis* pela uniformidade ideológica.

Diferentemente do diálogo – entendido como a capacidade política de dizer a realidade, a comunicação estabelecida *entre* os homens sem a qual eles não conseguiriam se fazer entender, derivada do fato de que os indivíduos são sempre singulares, porém semelhantes –, a ideologia decorre da dissolução do comum: reduzir os homens ao mesmo exemplar, repetido indefinidamente, faz com que o discurso se torne desnecessário. Assim, o argumento racional e autopropelido é antipolítico e violento, pois substitui o senso comum, o sentido a partir do qual os indivíduos conseguem se certificar da realidade, pelas mentiras organizadas, que “abrigam um germe de violência; a mentira organizada sempre tende a destruir aquilo que ela decidiu negar” (Arendt, 2016: 312).

A mentira na política e a ideologia caminham *pari passu*. A potencialidade da segunda em converter-se em arma de destruição indica que não apenas a realidade pode ser fabricada, mas que, sob condições de alienação, massificação e solidão, a ilusão ganha força descomunal.⁵ “A lógica como processo põe a ideia em movimento e assim tritura sua substância. Esta perda de substância é fundamental

⁵ Sobre a solidão em Arendt, recomendamos o texto de Rocha (2021).

[...]. A ideia apreende as massas através da lógica, cujo traço inevitável se converte em suporte, como a corda para o enforcado [...]. A lógica é aquilo que une a todos, na verdade, é o mais baixo denominador comum” (Arendt, 2006: 184-185, VIII, março de 1952, [23]).

A força com a qual uma ideologia é aceita e difundida é proporcional à superfluidade dos homens, ao seu apego às premissas lógicas ditadas pelos *ismos* como único meio capaz de explicar os fatos e a sua própria condição de miséria e anonimato. O preço a pagar por isso é a redução do humano (e de sua imprevisibilidade, sua capacidade de pensar, ajuizar, agir e dialogar) ao não-humano, o que devasta a esfera pública e a teia de relações que compõe o âmbito privado. Comparando a capacidade destrutiva da ideologia com os efeitos devastadores das armas nucleares, Canovan afirma que “nenhuma pretensa explicação total pode se sustentar sem destruir a espontaneidade, a imprevisibilidade e a criatividade” (1992: 81).

A serviço dos *ismos*, a lógica é o contraponto da dialética: enquanto no diálogo –exterior ou interior– não há coação, a ideologia produz uma falsa identificação que, ao não se fundar na constatação de que eu possuo algo em comum com o outro (o diálogo é sempre *sobre* alguma coisa),⁶ baseia-se em forçá-lo a pensar como eu. De acordo com Arendt (2006), eliminar o *sobre* é extinguir a possibilidade do diálogo e da diferença: ao considerar os indivíduos como repetições indistinguíveis, a ideologia complementa, linguística e psicologicamente, a compressão que o terror executa e, por isso, é coercitiva *par excellence*. Com efeito, a marca deixada pela ideologia totalitária foi o “condicionamento pelo qual a realidade deixa de ser a soma total de fatos concretos e irrecusáveis, e se torna um aglomerado de eventos e slogans sempre variáveis, em que uma coisa pode ser verdadeira hoje e falsa amanhã” (Arendt,

⁶ “Pensar é comentar uma coisa consigo mesmo; falar é um falar sobre [...]. Se queremos evitar o sobre forçamos o outro a que venha a nosso próprio pensamento; aqui surge a coação e assim se renuncia ao que tenho em comum com o outro na forma do sobre. Se força uma falsa identificação. A coação consiste em tratar o outro como o próprio alter ego. Sem a forma do sobre não há nenhum diálogo. No sobre se expressa que temos um mundo em comum, que habitamos juntos a terra”. (Arendt, 2006: 205-206, IX, junho de 1952, [19]).

2008: 276).⁷ Tratando a todos como exemplares de seus imperativos, a ideologia é a explanação sobre o vazio e, como tal, destituída de significado.

A inviabilização do livre pensar gerada pela ideologia advém do fato de que todas as experiências que despertam o ego pensante são hermeticamente ajustadas às suas premissas lógicas, reduzindo cada acontecimento a uma falsa comprovação de suas teses. Eliminadas as contradições factuais, o mundo se torna facilmente explicável a partir dessas verdades fabricadas, já que não é necessário parar para pensar a respeito de postulados axiomáticos, pondo-os à prova. Por isso, a ideologia, ao afastar os homens da realidade, desfigura o pensamento: uma vez que torna a lógica o seu elemento central, reduz a reflexão ao encadeamento de premissas e à negação das contradições.

As ideologias pressupõem sempre que uma ideia é suficiente para explicar tudo no desenvolvimento da premissa, e que nenhuma experiência ensina coisa alguma porque tudo está compreendido nesse coerente processo de dedução lógica. O perigo de trocar a necessária insegurança do pensamento pela explicação total da ideologia [...] não é o risco de ser iludido por alguma suposição vulgar e sempre destituída de crítica quanto o de trocar a liberdade [...] de pensar pela camisa-de-força da lógica, que pode subjugar o homem quase tão violentamente quanto uma força externa (Arendt, 2011: 522).

Porquanto o pensamento tem a sua gênese na realidade e objetiva alcançar o significado daquilo que interroga, possibilitando aos homens compreender o mundo e reconciliar-se com ele, a ideologia percorre a direção oposta: enquanto o diálogo sem som não perde o contato com o mundo, mas, ao contrário, origina a multiplicidade de pontos de vista que o torna contingente e deliberativo, o discurso ideológico, ao diluir o confronto com a realidade plural, “aplica sobre o mundo contingente dos homens uma leitura coerente e sem falha e se previne em relação àqueles que não aceitam docilmente as articulações fantasmáticas” (Souki,

⁷ Para Chevallier (1986), a ideologia nazista pode ser compreendida a partir do *Mein Kampf*. Na primeira parte da obra, o *Führer* defende que a miséria do povo alemão se origina no marxismo, cujo fundador, um judeu que teria como plano o domínio judaico mundial. Desse modo, os dois inimigos a combater estavam postos: o judaísmo e o marxismo, responsáveis pela derrota alemã na Primeira Guerra. A doutrina ideológica aparece na segunda parte da obra, a partir dos Vinte e Cinco Pontos do Partido Nacional-Socialista, um manifesto de ódio aos inimigos objetivos e de autodivinização da raça ariana que, entre outras medidas, promulgava a reforma da educação, a punição à corrupção judaica no Parlamento alemão e os programas de regeneração racial, que separavam os indivíduos de sangue alemão, os cidadãos do *Reich*, dos não-alemães. Todavia, isso somente seria possível a partir da maciça adesão popular à um Estado forte, que reuniria todos os arianos numa Grande Alemanha.

1998: 60).

Em um contexto de isolamento, as respostas prontas fornecidas pela ideologia tornam não apenas desnecessárias as perguntas oriundas do diálogo interior, mas inibem as condições de possibilidade que favorecem o seu exercício: o espanto com a realidade, a coexistência plural, o senso comum, a imaginação, a metáfora e a experiência.⁸ Como o pensar possui potencial para ser uma atividade infundável⁹ –tal como o véu de Penélope– pois “enquanto houver novos eventos e motivos para os homens se espantarem e começarem a refletir sobre eles, continuarão exercendo esta atividade mental” (Rocha, 2019: 50), ele é o oposto da introjeção muda, passiva a um fundamento absoluto e, por isso, é antinômico à ideologia.

Além disso, outro ponto crucial para a compreensão de como a ideologia inviabiliza o livre pensar gravita em torno do duplo vértice da linguagem tal como prenunciado por Arendt: por um lado, a linguagem tem o potencial de revelar a verdade – predicativo ínsito à sua importância política e no fato de que o pensamento, enquanto *dia-logos*, é linguisticamente mediado, o que levou Parekh (1981: 94) a afirmar que “pensar é falar consigo mesmo e falar é pensar com os outros” –, enquanto, por outro, ela pode também ser utilizada para mascarar a verdade, o que implica necessariamente a inviabilização do pensamento e da *radix* política da palavra. O segundo recurso é ínsito à ideologia, cujas explicações são particularmente sedutoras em um contexto caracterizado pela “ausência de pensamento [*thoughtlessness*] –a despreocupação negligente, a confusão desesperada ou a repetição complacente de «verdades» que se tornaram triviais e vazias” (Arendt, 2016: 6). Um mundo que não seja motivado pelo que, desde

⁸ “Arendt identificou que o raciocínio envolto em si mesmo, característico dos homens isolados das sociedades massificadas, corresponde à deturpação do livre exercício do pensamento, cuja finalidade é significar os eventos e compreender um mundo preexistente em que todos nasceram como estranhos e, por esse motivo, precisam constantemente reconciliarem-se com o que lhes acontece. Nesse âmbito de análise, é possível sinalizar que a solidão é um dos mais potentes inviabilizadores da reflexão: se o homem desolado é incapaz de pensar, é porque esta faculdade mental também se relaciona com a pluralidade.” (Rocha, 2019: 12).

⁹ Apesar de não ser o objetivo deste artigo descrever o *modus operandi* da fenomenologia do ego pensante proposta por Arendt, para um aprofundamento da análise sobre esta atividade –e, inclusive, a inviabilização de seu livre exercício pretendido pela ideologia–, recomendamos o texto de Rocha (2019).

Homero, foi considerado o impulso humano *par excellence*, ou seja, “dizer o que é” (Arendt, 2016: 285), mas que, ao contrário, busque alicerces na mentira organizada, não é verdadeiramente humano, porquanto inviabiliza as duas formas propriamente humanas de ser livre: a liberdade de agir e o livre exercício das atividades espirituais.

A ideologia ganha espaço a partir do momento em que uma perspectiva defende ser a única verdadeira, impedindo que o debate aconteça; nesse contexto, a legitimação de regimes baseados na mentira organizada corresponde ao afastamento da realidade e à degradação do comum, posto que as suas premissas inviabilizam a participação política e dissociam pensamento de significado, reduzindo-o à dedução. Para Arendt, “a lógica ocidental é tirânica *by definition*. Frente às leis imutáveis da lógica não há nenhuma liberdade; se a política é um assunto do homem e da constituição racional do Estado, só a tirania pode produzir boa política” (Arendt, 2006: 44, II, dezembro de 1950, [20]). A ideologia não é uma prerrogativa exclusiva dos regimes totalitários, porquanto está presente também nos períodos que os antecedem.

Legitimando as premissas niilistas de que tudo é permitido e de que os meios são mais importantes que os fins,¹⁰ abriu-se a horrenda brecha para a justificação de atrocidades; nublaram-se os antigos valores e descobriu-se com que facilidade novos padrões de conduta poderiam ser aceitos pela maioria das pessoas, um processo cimentado pela ideologia (Arendt, 1955). É nesse momento em que o *logos*, no qual se radica tanto a política quanto o pensamento, desvincula-se de ambos, pois, em seu uso ideológico, as palavras servem apenas como meios para mascarar a realidade.

O dispositivo ideológico totalitário buscou responder aos anseios psicológicos das massas que, por um lado, desejavam sentir-se participantes do mundo e, por outro, associavam verdade à ausência de contradições. Para Di Pego (2015), a ideologia totalitária suscita um fanatismo singular por dois motivos

¹⁰ Para Arendt, o niilismo representa uma ameaça para o pensamento, pois tal negação dos valores surge do anseio por resultados demonstráveis e úteis, que dispensam as constantes indagações que constituem o diálogo interior. (Arendt, 2014). Por mais que toda reflexão também negue as normas, sua busca por significado não pretende fundar novos códigos: a reflexão é perigosa para os *ismos*.

principais: primeiro, os indivíduos sentiram-se participantes de um movimento histórico tão superior que qualquer sacrifício pessoal seria justificável. Segundo, porque o discurso ideológico desafia o utilitarismo, já que não segue nem os interesses econômicos, nem os imperativos coletivos. “Por isso, Arendt entende que a ideologia não remete fundamentalmente a certos conteúdos específicos, mas a uma concepção de história e a uma lógica de seu desenvolvimento que permite prever seu dever-ser” (Di Pego, 2015: 138).

Vale destacar que se, por um lado, a reivindicação ideológica de explicação total teve seu potencial descoberto pelos regimes totalitários, por outro, a percepção de que é possível moldar as ações dos indivíduos a partir da lógica de uma ideia não é recente; ao contrário, a tentativa de superar a contingência inerente à ação é recorrente na história da filosofia (Arendt, 1950), cujo ponto nevrálgico foi a substituição da ação pela fabricação e, com a Revolução Industrial, o advento do ensimesmado *animal laborans* como o paradigma do homem moderno –em detrimento do homem de ação, que discute e age em comum acordo com seus iguais.¹¹

Diante disso, Villa (1999) argumenta que a desconfiança de Platão com relação à democracia ateniense o motivou a buscar uma solução para o “caos” da esfera pública; assim, caberia ao seleto grupo dos amigos dos deuses governar e dominar opiniões e paixões. Desse modo, se era possível que os indivíduos acreditassem que os assuntos públicos eram regidos por leis supraterras conhecidas apenas pelos filósofos, era igualmente concebível que a sabedoria de alguns poucos governasse as paixões humanas –inclusive as políticas. Com isso, a pluralidade de vozes e de perspectivas daria lugar ao som uníssono oriundo das verdades eternas, modelo que os homens deveriam perseguir. Esta constatação fez Arendt afirmar que os filósofos, mesmo apartados da esfera dos assuntos humanos, pretenderam ditar as regras para o seu funcionamento e, com isso fizeram com que a filosofia se enamorasse da tirania durante boa parte da história (Arendt, 2006).

Ademais, a partir da Idade Moderna, a razão foi considerada sinônimo de

¹¹ Sobre o *animal laborans* arendtiano, conferir Adriano Correia (2014: 71-106).

raciocínio lógico, procedimental, um processo mental que, como um jogo executado ao redor de si mesmo, precisa se fechar em seu entorno para alcançar resultados definidos, mensuráveis, de modo similar ao que é obtido na fabricação. Se a ideia pode ser encerrada em um ciclo compulsório, cujo fim é calculado de antemão, é possível manipular os meios (os processos de raciocínio lógico) para que os fins pretendidos sejam alcançados. Foi partindo da redução da ação e do pensamento ao cálculo de consequências e à fabricação que as ideologias alcançaram o respaldo necessário para se firmarem como elemento de dominação.

A unicidade de vozes na cena pública é antagônica ao livre exercício do pensamento, equiparando-se à fabricação de comportamentos ajustados às premissas ideológicas: quando a ação passa a ser concebida como fabricação, o pensar se torna supérfluo e a retirada do mundo necessária para essa faculdade passa a ser considerada algo que atrapalha o curso dos processos. Nessa leitura, a produção ideológica de cadáveres viventes, sonâmbulos repetidores de clichês, parece ser o resultado previsível dessa inversão, tão previsível quanto o curso de suas leis: se é possível fabricar uma realidade irresistível o suficiente para fazer com que os indivíduos se sintam impelidos a fazer parte dela, tem-se as condições para que os seus integrantes renunciem ao que os torna humanos.

Assim, o sucesso da ideologia totalitária “e das transformações que ela opera na consciência individual” (Fruchter, 1970: 443) indica o perigo que todos correm quando atividades como pensamento e compreensão caem em desuso, pois mover-se no mundo guiado unicamente pelas premissas ideológicas equivale a se manter na superficialidade, não estabelecer raízes, ser carente de mundo.¹² Nessas condições, dizer o real, habilidade política *par excellence*, é substituído pela repetição incansável das premissas estabelecidas pelas leis da história, da natureza, ou de quaisquer códigos que ambicionem inviabilizar a comunicação e o

¹² “Compreender engendra profundidade. Politicamente, significa encontrar uma pátria no mundo, encontrar-se em casa [...]. Desarraigamento significa viver na superfície e com isso ligam-se tanto o parasitismo quanto a superficialidade. A dimensão da profundidade se engendra pelo fato de estabelecer raízes, quer dizer, pela compreensão no sentido de reconciliação. Na superficialidade [...] não desaparece simplesmente a profundidade, mas esta se mostra como um buraco sem fundo, como um abismo que se abre imediatamente abaixo da superfície. Quando dizemos: já não podemos compreender, queremos dizer: não podemos estabelecer raízes, estamos condenados a superfície. Esta superficialidade está organizada no domínio totalitário” (Arendt, 2006: 352, XIV, março de 1953, [17]).

testemunho sobre os eventos. Porquanto “os homens normais não sabem que tudo é possível” (Rousset, 2015: 109), este impensável e indizível que caracteriza os eventos antipolíticos de nosso tempo deve à ideologia parte de seu sucesso e de sua letalidade.

2. O *modus operandi* da ideologia totalitária

A compreensão do papel fundamental que a ideologia desempenhou na implantação do totalitarismo exige dois distintos níveis de abordagem que tomem, em perspectivas diferentes e complementares, a mesma questão, isto é, como, concretamente, a ideologia aplaina os caminhos para o terror.¹³ Uma primeira abordagem destaca os elementos constitutivos da ideologia. Neste ponto da argumentação, Arendt aponta ao menos três predicativos totalitários presentes em todos os *ismos*: a pretensão de explicação total, a emancipação da experiência e, por último, a utilização da lógica para a construção de uma nova realidade (no caso, fabricada a partir da lei da história e da natureza). Esses predicativos alicerçam, na prática, aquilo que podemos postular como os principais tentáculos da ideologia: neste segundo nível do problema, abordamos como o discurso ideológico é difundido a partir da educação, da propaganda e dos discursos do líder.

A pretensão de explicação total se funda na própria essência dessa forma de governo: ao não analisar o que algo é e nem o seu significado, a ideologia se preocupa apenas com o movimento, com o fluxo que põe os incidentes em atividade, e não com os eventos em si. Partindo do mesmo horizonte de reflexão, Estin (1980: 31) argumenta que, ao se afastar dos acontecimentos, “a ideologia é o contrário da narração que se submete ao evento, conta-o e nos prepara à compreensão de outros eventos”. Nesses termos, ao oferecer explicações totais e atemporais, o discurso ideológico engolfa os homens no fluxo ininterrupto dos acontecimentos legatários da lei da história e da natureza. A explicação total visa neutralizar maximamente a ameaça do novo e o caráter de imprevisibilidade que

¹³ Considerando, como bem sintetiza André Enegrén (1984: 202) que “o terror totalitário não poderia se exercer sem o contravalor do ideal que lhe é fornecido pela ideologia”.

caracteriza o contingencial mundo humano, mantendo-o sob controle.

A rapidez com que os eventos acontecem sob a égide da lei do movimento é um importante elemento de mobilização psicológica das massas, tão sufocante e eficaz quanto o cinturão de ferro do terror. É nesse sentido que, para Arendt (2006), a ideologia é o ópio do povo. Neste predicativo também se radica a sua propensão a abranger e esclarecer todos os acontecimentos históricos, “a explanação total do passado, o conhecimento total do presente e a previsão segura do futuro” (Arendt, 2011: 523).

O segundo elemento totalitário presente nas ideologias consiste na dissociação do mundo do parece-me em função de uma realidade “mais verdadeira”, que só pode ser acessada pelo encadeamento lógico de causas e consequências. É partindo dessa operacionalidade que a doutrinação inviabiliza o desenvolvimento de opiniões, pois desvincula o pensamento das experiências e da realidade ao indicar que sempre há um fundamento mais profundo e um significado oculto por trás de cada movimento. “Isso produz uma mentalidade na qual já não se experimenta e se compreende a realidade em seus próprios termos [...], mas automaticamente se presume que ela significa outra coisa” (Arendt, 2011: 523).

Sobre os dois primeiros predicativos da ideologia, Arendt afirma que:

A argumentação ideológica, sempre uma espécie de dedução lógica, corresponde ao [...] elemento do movimento e o elemento da emancipação da realidade e da experiência – primeiro porque o movimento do pensamento não emana da experiência, mas gera-se a si próprio e, depois, porque transforma em premissa axiomática o único ponto que é tomado e aceito da realidade verificada, deixando, daí em diante, o subsequente processo de argumentação inteiramente a salvo de qualquer experiência. Uma vez que tenha estabelecido sua premissa, seu ponto de partida, a experiência já não interfere com o pensamento ideológico, nem este pode aprender com a realidade” (Arendt, 2011: 524).

Se a ideologia desvincula o pensamento de seu nascedouro original, a experiência, isso só é possível pelo uso de métodos de demonstração lógica: a partir de um único axioma, todas as premissas (acontecimentos) podem ser deduzidas, como se constantemente reafirmassem a tese inicial, sendo tão previsíveis como qualquer cálculo de consequência. Eis o terceiro predicativo da

ideologia. Nesse contexto, o raciocínio frio como gelo decorre da adequação dos eventos às premissas ideológicas.¹⁴

Na ideologia, tal como na ciência lógica, a não-contradição é um dos princípios para a comprovação de um discurso verdadeiro. Desse modo, a compreensão deixa de ser a finalidade do pensamento para ser alcançada, por imitação da mente, ao enquadramento lógico e demonstrável das leis eternas a partir das formulações ideológicas. É esmagadoramente mais fácil para os indivíduos carentes de mundo – massificados e frustrados pela sua incapacidade de atuar efetivamente na esfera pública – aderir impensadamente a esses movimentos do que submeter suas doutrinas ao crivo crítico-reflexivo do pensamento. “A facilidade com a qual o cidadão comum aderiu ao regime revela o quão raramente exercemos a capacidade de pensar e julgar por nós mesmos, assim como na companhia dos outros. A opinião pública, no sentido de mera opinião da maioria, revela que a imitação automática de determinado comportamento é algo muito mais matizado do que parece” (Assy, 2015: 17).

Em outro nível, como dissemos distinto e complementar, a ideologia totalitária é tomada a partir dos tentáculos com os quais ela pôde efetivamente se estender sobre um significativo contingente de homens desarraigados: a educação, a propaganda e os discursos do Líder.¹⁵

A primeira, ao considerar o Estado como a base da instrução escolar, atua para que seja incutido nos jovens o senso de responsabilidade pelo seu papel no movimento, destacando a importância de cultivar a obediência, o nacionalismo e o

¹⁴ Aqui mais uma vez podemos nos beneficiar da síntese projetada por Enegrén (1984: 202) quando retoma alguns dos aspectos incontornáveis do pensamento arendtiano sobre o tema: “A ideologia tem a característica de se apresentar como uma dedução inflexível a partir de uma única premissa, de postular uma verdade escondida mais verdadeira do que as aparências, e, enfim, de obedecer a uma lógica dinâmica em vez de reguladora, modelada em um processo histórico ou natural, sempre capaz de colocar a história dos eventos de forma errada. Reduz-se, assim, a certos traços facilmente reconhecíveis que a circunscrevem a um campo bem definido; monismo lógico aplicado a uma *Weltanschauung* meta-empírica, ela é um saber que pretende captar a ordem do mundo graças à coerência independente das ideias. Prisioneiro de uma percepção maniqueísta da realidade, o seu discurso é inspirado pelos métodos da publicidade, obcecado pela cientificidade, inclinado a vaticinar em termos de milenarismos”.

¹⁵ Uma abordagem mais abrangente sobre como esses fatores operaram na Alemanha é encontrada na obra seminal de Claudia Koonz (2003).

gosto pelo risco.¹⁶ Somente após essa base posta seria aconselhável transmitir-lhes os saberes necessários.¹⁷ Nesse contexto, a importância do ensino é crucial: “tudo será sistematicamente organizado para que, ao deixar a escola, o jovem seja um alemão integral, convencido da superioridade absoluta dos alemães” (Chevalier, 1986: 406). Contrária à educação que se volta para a valorização do pensamento crítico e do juízo como formas de se responsabilizar pelo mundo, a instrução ideológica se reduz à mera doutrinação. “O objetivo da educação totalitária nunca foi insuflar convicções, mas destruir a capacidade de adquiri-las” (Arendt, 2011: 520).

No intento de criar uma humanidade artificial, disposta a obedecer às leis sobre-humanas, insistentemente repetidas através das premissas ideológicas, o ensino foi uma das primeiras áreas a que os governos totalitários se voltaram; no Terceiro Reich, por exemplo, seu objetivo era “transformar as crianças em bons nazistas” (Bartolleti, 2006: 40), o que foi levado a cabo a partir de alterações substanciais no currículo e no material didático,¹⁸ além da valorização da educação física e da formação do caráter nacionalista.¹⁹ Se o ideário nazista, por exemplo,

¹⁶ Hitler projetou as Escolas Adolf Hitler, os Castelos das Ordens e as Altas Escolas de Rosemberg, que deveriam incutir nos jovens o espírito político nacional, o *Napola* (*Nationalpolitischen Erziehungsanstalten*), formando a elite totalitária. A partir dessas instituições adviria um tipo inumano. “Hitler descreveu aos mais íntimos o novo tipo humano, já parcialmente realizado na SS, como um animal predatório, cruel, sem medo, marcado de traços «demoníacos» de tal modo que ele mesmo se apavorou com a visão” (Fest, 2017: 622).

¹⁷ Hitler reiteradamente destacou o seu repúdio aos intelectuais, afirmando que a sua insolência jamais poderia ser uma prerrogativa dos jovens do *Reich*: “É de «combatentes» que precisará o novo Reich, não de intelectuais. Uma só ideia –a Ideia por excelência, a Ideia-mãe, o núcleo central do «idealismo nazista»– deverá ser infatigavelmente implantada nos jovens cérebros: a da Raça. «É preciso que nenhum rapaz ou nenhuma jovem deixe a escola sem ter chegado ao perfeito conhecimento do que são a pureza do sangue e a sua necessidade». A própria alma da Raça deverá palpitar em cada alma individual”. (Chevallier, 1986: 405).

¹⁸ Exemplo dessas alterações desvela-se no ensino de História: segundo Koch (1973), os materiais didáticos desta disciplina começavam com Adolf Hitler e terminavam com Aníbal. Com recorte político-militar, enfatizando a luta alemã contra as raças inferiores, em julho de 1933 foram promulgadas as *Diretrizes para Livros de História*. Segundo Evans (2012: 348), “as aulas de história dali em diante deveriam ser montadas em torno do «conceito de heroísmo em sua forma alemã, ligado à liderança». Em breve os estudantes estavam às voltas com redações sobre tópicos como «Hitler: o realizador da unidade alemã», «a revolução nacionalista como o começo de uma nova era»”.

¹⁹ Também era presente na URSS a valorização do belo, o que era feito a partir da valorização da prática esportiva, através da profusão de ginásios. Exemplo dessa valorização do belo e dos corpos sadios na formação dos jovens soviéticos reverbera-se até hoje, no sucesso dos esportistas russos nas competições internacionais (Malkova, 1985).

valorizava os corpos saudáveis e a ideia de belo que remetia à pureza da raça, além da formação de sujeitos propensos à competição constante, caberia ao ensino formar jovens com o “impulso na afirmação da superioridade que cada ariano deveria sentir, pois através disso desenvolveria um espírito forte que não poderia ser vencido” (Vicente e Witt, 2017: 75).

A consideração da educação como veículo indispensável para a assimilação de valores ideológicos não é prerrogativa exclusiva de regimes totalitários. Com efeito, o sociólogo Edward Ross, dentro do quadro de medicalização e higienização racial que caracterizou parte dos séculos XIX-XX, defendeu, em 1920, que a escola era a instituição responsável por evitar a ruína dos povos superiores em um contexto em que eles, devido ao processo de industrialização, tinham que conviver cada vez mais com as raças inferiores (Vicente e Witt, 2017). Pouco tempo depois, apropriando-se dessa equiparação entre educação e doutrinação, os governos totalitários fizeram do sistema de ensino um microcosmo que reproduzia o que a ideologia, de modo geral, perpetuava no corpo social: valorização do individualismo, da competição e da obediência, em um contexto de combate contínuo em que somente os melhores sobrevivem. Assim, a educação ideológica totalitária reproduzia o curso da lei da história e da natureza e, como tal, marchava rumo ao seu próprio colapso.

O segundo tentáculo, a propaganda, tem como objetivo não apenas a persuasão das massas, mas a sua organização, a sua massificação, a sua transformação em Um-só-homem a partir da criação de uma realidade ideológica fictícia. Ela se dirigia principalmente ao homem-massa, cuja solidão já o havia desassociado da esfera do comum, facilitando tanto forjar em sua consciência novos valores e convicções quanto moldar a sua personalidade, convertendo a imprevisibilidade de suas ações em comportamentos calculáveis. Essa irrealidade difundida através da propaganda é lógica, coerente e organizada, fazendo com que, em comparação com ela, o contingente mundo real caia em descrédito.

Para Bignotto (2001), a propaganda é o instrumento totalitário *par excellence*. Ela viabiliza a adulteração da realidade a partir da incansável repetição das premissas ideológicas que, mesmo em flagrante contraponto com a realidade,

por seu caráter pseudocientífico ganha um aspecto de coerência e veracidade que, muitas vezes, a própria verdade factual não dispõe. Sendo assim, o falso apelo à ciência feito pela propaganda fundamentou um discurso poderosamente sedutor que, em sua pretensão de atestar a veracidade da lei da história e da natureza, engolfou o espaço tradicionalmente reservado ao direito e à filosofia. “A palavra de toque é a ciência, que passa a ser usada como suporte para discursos que preenchem o vazio da solidão de cada indivíduo atomizado. Daí que não pode existir espaço para contestações, da mesma maneira que um líder não pode errar, pois isso corresponderia a admitir que a ideia de mundo apresentada não é a única e pode estar errada” (Bignotto in Aguiar et. al., 2001: 39).

Lafer (2003) destaca que a propaganda ideológica manipula a opinião das massas de tal modo que as distinções entre verdade e mentira são dissolvidas. Isso foi feito, no contexto do totalitarismo nazista, com a utilização de novas técnicas de comunicação, como a *image-making* que, longe de embelezar a realidade, pretendem substituí-la, e com o papel ativo do Ministério da Propaganda, cujo ministro definia a propaganda como “a arte de ouvir a alma das pessoas”, o que seria feito a partir da repetição de premissas simples, “falando com uma pessoa em uma linguagem que ela entende” (Fröhlich, 1987: 113-114; 393).

Dessa feita, a inovação da propaganda ideológica foi perceber que deveria se dirigir a uma massa composta por *animals laborans* desarraigados: “as ideologias metamorfoseiam ação em comportamento e *bios* em *zoe*, a vida nua” (Rensmann, 2014: 90). Nessa leitura, o sucesso desse mecanismo ideológico deriva-se da entrada dos imperativos biológicos na cena pública, ou seja, da biologização da vida. Ao não se dirigir para uma comunidade de atores políticos, mas à uma sociedade de massa, voltada para o consumo e a subsistência, a propaganda cimenta o caminho para o afastamento da realidade, *conditio per quam* a ideologia não teria o mórbido sucesso que alcançou, especialmente a partir dos regimes totalitários.

Se a ficção é um predicativo da propaganda, transposta para o âmbito público, ela representa uma ruptura fundamental com o que legitima a convivência entre os homens: “A propaganda passa a influir diretamente na convivência a

partir de ficções. A confiança, elemento fundamental na estruturação civilizada da comunidade, é substituída pela coerência da ficção. Este é o ponto axial para Arendt em *Origens do totalitarismo*. A ficção é o húmus do qual se alimenta qualquer propaganda” (Aguiar, 2009: 241).

Já que toda propaganda enseja em si um traço de coerção, propaganda e violência não são contraditórias. Ao contrário, ela é o mecanismo ideológico a partir do qual os povos seriam conduzidos aos trilhos das leis sobre-humanas; para tanto, é essencial “pensar como um, reagir como um e se colocar a serviço do governo” (Reuth, 1995: 269). A ideologia, através da propaganda, incute nos indivíduos a lógica da ideia a qual devem servir, tornando-os cópias dos “valores eternos” (Welch, 2002) nos quais o totalitarismo busca justificar-se – enquanto as tropas de assalto exterminavam toda a oposição ao regime, a propaganda visava transformar apoiadores passivos em participantes ativos.

Os *slogans* constituíram o *modus operandi* ideal para a difusão da propaganda ideológica totalitária (Arendt, 2011). Seu suposto cientificismo se tornou tão importante para a consolidação da ideologia que é impossível separá-la da própria organização. “A força do movimento totalitário está em transformar os *slogans* de propaganda em dispositivos organizacionais, para realizar o insano, o fictício, o que não é verdadeiro” (Arendt, 1955: 6).

A força da propaganda empresta voz à fragilidade dos argumentos ideológicos, o que a torna superior às formas de publicidade existentes anteriormente²⁰. Como exemplo da força da propaganda totalitária, Di Pego (2015) afirma que foi a partir dela que os *slogans* nazistas e bolchevistas obtiveram força suficiente para mobilizar as massas em torno de uma suposta conspiração judaica – ou trotskista – em prol da dominação mundial.

A propaganda ideológica deturpa o significado das palavras, fazendo com que ao invés delas serem a ponte para a comunicação e para a consolidação dos

²⁰ Paul (1990) aponta que o uso concomitante de diferentes estratégias tornou a propaganda totalitária tão avassaladora: imagens e mensagens contendo os *slogans* ideológicos eram vistos em cartazes, revistas, panfletos e filmes. Discursos eram proferidos nos espaços públicos, marchas tomavam as ruas. Estereótipos fáceis de assimilar foram formados sobre os inimigos objetivos do regime e incansavelmente reproduzidos. Em todos estes veículos, a propaganda confrontava os povos com uma escolha a ser feita: ou manter as forças de corrupção ou optar pela glória de um futuro previamente sentenciado pelas leis da história e da natureza.

vínculos, acabem instaurando uma nova gramática na qual o uso frequente de eufemismos desassocia os indivíduos da realidade: extermínio transforma-se em solução final, assassinato vira “conceder uma morte misericordiosa”, deportações são “mudanças de domicílio” (Assy, 2015: 9). É essa a gênese do burocratês de Eichmann e dos clichês por ele utilizados.

O motivo da superioridade da propaganda totalitária [...] é que o seu conteúdo, pelo menos para os membros do movimento, não é mais uma questão objetiva a respeito da qual as pessoas possam ter opiniões, mas tornou-se parte tão real e intocável de sua vida como as regras da aritmética [...]. Na Alemanha nazista, duvidar da validade do racismo e do anti-semitismo, quando nada importava senão a origem racial, quando uma carreira dependia de uma fisionomia «ariana» (Himmler costumava selecionar os candidatos à SS por fotografias) e a quantidade de comida que cabia a uma pessoa dependia do número dos seus avós judeus, era como colocar em dúvida a própria existência do mundo (Arendt, 2011: 412).

Como último tentáculo, os discursos do Líder são a demonstração de força da ideologia. Eles têm como objetivo alcançar dois públicos diferentes: as outras nações e os indivíduos do próprio país que ainda não estivessem completamente convencidos da veracidade e da inadiabilidade de sua adesão à doutrina totalitária. A força de convencimento dos líderes, somada à teatralidade das cerimônias oficiais, deveria ser tão incisiva e inabalável quanto a coerência de seus argumentos.

Sendo o representante, intérprete e executor das leis sobre-humanas, as aparições do líder deveriam reforçar sua posição, porquanto seus discursos possuem *status* legal. Por outro lado, convencer as massas da grandiosidade da missão oculta que movia os governos totalitários torna essenciais tanto a popularidade do Líder, “eficaz por ser fabricada pela propaganda e apoiada no terror” (Arendt, 2021: 149) quanto a eficiência de seus discursos. Os indivíduos isolados enxergam no Líder e em suas mensagens um marco de confiabilidade em que é possível se orientar em meio a ruína das antigas instituições e na impossibilidade das antigas verdades em serem nortes capazes de orientar o homem de massa.

Os discursos do Líder reduzem todos os problemas econômicos, políticos e sociais a um único denominador comum: as raças e classes que ameaçam o curso

das leis sobre-humanas e que, por isso, precisam ser eliminadas. Entretanto, transmitir essa mensagem deveria ser feito de modo bélico, simples e direto, recorrendo a *slogans* e frases curtas, de efeito, “dizendo às plateias o que elas queriam ouvir” (Evans, 2016: 226), para que o homem comum, deixado de lado pelos partidos políticos tradicionais, participasse do regime,²¹ e aquiescesse, de bom grado, em fazê-lo.

Porquanto “a lógica é a capacidade de compelir o raciocínio a conclusões com absoluta desconsideração por toda e qualquer realidade e toda e qualquer experiência, então o maior talento de Hitler –que lhe valeu o êxito e a queda– era a pura lógica” (Arendt, 2008: 318). O fascínio que envolvia seus ouvintes e motivava-os a tornar os *ismos* seu princípio de ação e de orientação derivou da absoluta coerência de seus argumentos. Assim, tomando os discursos do Líder como exemplo, é possível compreender que “o inédito [totalitário] não é o assassinato em si, nem mesmo o número de vítimas [...]. O inédito é muito mais o absurdo ideológico que os gerou, a mecanização da execução, a criação cuidadosa e calculada de um mundo de moribundos onde nada mais fazia sentido” (Arendt, 2008: 271).

O *não-pensar* que levou à adesão das massas às ideologias totalitárias só foi possível após ser precedido pela alienação, pela solidão e pelo seu desarraigamento em relação ao mundo. Para Arendt, “a lógica é o pecado da solidão” (Arendt, 2006: 113, V, julho de 1951, [21]) pois, destruídas as teias das relações humanas, restou aos *ismos* apartar o pensamento da realidade, diluindo a diferença entre o verdadeiro e o falso, o certo e o errado – se o pensamento ideológico advém da lógica, e não da experiência, esses critérios perderam quase totalmente o sentido. Assim, o súdito totalitário ideal não é aquele que conhece minuciosamente os postulados do Partido, mas todo indivíduo que se tornou

²¹ “Começando os discursos de modo calmo, para capturar a atenção da plateia, gradativamente elevava-os até um clímax; a voz [...] subia de tom, escalando em um crescendo até um final bombástico aos gritos, acompanhados por gestos dramáticos cuidadosamente ensaiados [...] enquanto ele induzia a plateia a um frenesi de emoção. Não havia restrições no que dizia; tudo era absoluto, intransigente, irrevogável, inalterável. Hitler também exalava autoconfiança, agressividade, crença no triunfo último de seu partido, até mesmo uma noção de destino [...]. Sem necessariamente usar linguagem religiosa explícita, Hitler apelava aos arquétipos religiosos de sofrimento, humilhação, redenção e ressurreição profundamente alojados na psique de seus ouvintes” (Evans, 2016: 226).

incapaz de estabelecer vínculos com a realidade, com os demais e consigo mesmo “pois, juntamente com esses contatos, os homens perdem a capacidade de sentir e de pensar” (Arendt, 2011: 526).

A obediência cadavérica, que tem em Eichmann a sua figura paradigmática, detém sua gênese na doutrinação ideológica. Foi esse novo tipo de indivíduo, um homem reduzido ao inumano, que cometeu atos abomináveis mesmo sem intenções malignas ou anormalidades psíquicas, mas apenas por ser incapaz de pensar e inapto para considerar o ponto de vista de outrem, já que seu raciocínio permaneceu limitado aos *ismos*. Ao contrário do diálogo interior, a ideologia não tem profundidade: baseada em argumentação vazia, ela não possui raízes na realidade que tenta ocultar. Por esse motivo, “um funcionário que nada mais é do que um funcionário é um homem muito perigoso” (Arendt, 2021: 323).

3. Considerações Finais

Sob condições totalitárias, o fenômeno da impotência se impõe de modo fulcral. Porém, mesmo sem condições de resistir, “existem formas diferentes de agir” (Arendt, 2021: 331). Os indivíduos destituídos da companhia dos demais podem continuar mantendo o vínculo consigo mesmo; todavia, o que a dominação totalitária comprovou é que, sob a coação ininterrupta do terror e da ideologia, tomados como motores das leis sobre-humanas da história e da natureza, a maioria das pessoas será abandonada pelos outros e por elas mesmas; em outras palavras, a inviabilidade do pensar está ancorada na experiência da solidão²². O não pensar tanto desvincula o indivíduo dos demais quanto o desassocia da realidade, e esse duplo alheamento impede a existência de qualquer senso de responsabilidade: se o objetivo do totalitarismo era a formação de uma humanidade artificial, o trajeto inevitável para lográ-lo era a redução dos homens

²² “Os processos do pensamento, caracterizados pela lógica exata e evidente por si mesma [...], têm algo a ver com a solidão; como observou Lutero [...], «não é bom que os homens estejam a sós». O homem solitário, diz Lutero, «sempre deduz uma coisa da outra e sempre pensa o pior de tudo». O famoso extremismo dos movimentos totalitários, longe de se relacionar com o verdadeiro radicalismo, consiste, na verdade, em «pensar sempre o pior», nesse processo dedutivo que sempre leva às piores conclusões possíveis”. (Arendt, 2011: 530).

qua seres políticos e espirituais, tornando-os incapazes de agir e de pensar de forma espontânea e livre. A ideologia serve exatamente para esse fim.

Tal como o terror é necessário para que o nascimento de cada novo ser humano não dê origem a um novo começo, também a força autocoercitiva da lógica é mobilizada para que ninguém jamais comece a pensar –e o pensamento, como a mais livre e a mais pura das atividades humanas, é exatamente o oposto do processo compulsório de dedução [...]. Por um lado, a compulsão do terror total –que, com o seu cinturão de ferro comprime as massas de homens isolados umas contra as outras e lhes dá apoio num mundo que para elas se tornou um deserto– e, por outro, a força autocoercitiva da dedução lógica –que prepara cada indivíduo em seu isolamento solitário contra todos os outros– correspondem uma à outra e precisam uma da outra para acionar o movimento dominado pelo terror e conservá-lo em atividade (Arendt, 2011: 525-526).

Nesses termos, o sucesso da ideologia pode ser interpretado como a tentativa desesperada desse contingente humano solitário de se sentir parte do mundo. Com a degradação da política e a desconfiança generalizada em tudo aquilo que remete ao espaço público, a lógica parece ser o único ponto de apoio possível quando o *sensus communis* não consegue mais relacionar os indivíduos em um mundo comum. A inviabilidade do pensamento, experiência tão comum quanto a solidão generalizada, faz do não-pensar um elemento protototalitário corriqueiro e perigoso que a ideologia totalitária legou para a atualidade.²³

Do mesmo modo que a dialética [...] é a forma do pensamento no *estar-só*, a lógica, a pura dedução, é a forma do pensamento desamparado. Se perde o eu que replica, o qual é sócio da conversação do *estar-só* a dois; e a necessidade do que concorda forçosamente, na verdade é um processo de autodestruição e destruição do mundo que tem sido deixado solto de forma selvagem, em um processo que já não é possível estancar; o desamparado nem tem o mundo dos outros, nem tem a si mesmo, nem tem a Deus (Arendt, 2006: 206, IX, junho de 1952, [19]).

Já que para que um homem possa afirmar seu *quem* é indispensável a presença de outros, frente aos quais sua singularidade é afirmada, no desarraigamento inerente às sociedades de massa, o que torna a solidão

²³ “A solidão e a dedução do pior por meio da lógica ideológica, que advém da solidão, representam uma situação anti-social e contêm um princípio que pode destruir toda forma de vida humana em comum. Não obstante, a solidão organizada é consideravelmente mais perigosa do que a impotência organizada de todos os que são dominados pela vontade tirânica e arbitrária de um só homem. É o seu perigo que ameaça devastar o mundo que conhecemos antes que um novo começo, surgindo deste fim, tenha tido tempo de firmar-se” (Arendt, 2011: 530-531).

insuportável é a tríplice perda –do eu, dos meus pares e da realidade–, inviabilizando o livre exercício das atividades espirituais. Nessa situação, “o homem perde a confiança em si mesmo como parceiro dos próprios pensamentos, e perde aquela confiança elementar no mundo que é necessária para que se possam ter quaisquer experiências. O eu e o mundo, a capacidade de pensar e de sentir, perdem-se ao mesmo tempo” (Arendt, 2011: 529). O raciocínio lógico e fechado em si mesmo dispensa qualquer companhia.

Porquanto o pensamento não é uma prerrogativa de poucos, mas a atividade em que cada indivíduo atualiza sua singularidade, a inviabilidade de refletir ensejada pela ideologia jamais pode ser considerada definitiva. O vazio de pensamento, além de ser uma atividade pervertida e artificial, é sempre relativo: como do homem é sempre possível esperar o inesperado, por maior que seja a compressão ideológica, não é impossível que, despertado por algum evento, o diálogo interior comece a ser exercitado. Com efeito, a perda dos vínculos entre os homens inviabiliza a sua percepção da realidade e os incapacita para considerar o ponto de vista dos outros, condição importante não apenas para o pensamento, mas indispensável para a formulação dos juízos e, por conseguinte, para a ação verdadeiramente política.

Bibliografia

- Alves Aguiar, O. et. al. (2001). *Origens do totalitarismo. 50 anos depois*. Relume-Dumará; Secretaria da Cultura e Desporto de Fortaleza.
- Alves Aguiar, O. et. al. (2003). *Filosofia política contemporânea*. Vozes.
- Alves Aguiar, O. (2009). *Filosofia, política e ética em Hannah Arendt*. Unijuí.
- Arendt, H. (1950). “Ideology and propaganda, lectures”. Manuscrito para o curso ministrado na Universidade de Notre Dame. Serie: Subject File, 1949-1975, n.d. Hannah Arendt Papers, Manuscript Division, Livraria do Congresso, Washington D.C.
- Arendt, H. (1955). “Ideologies”. Manuscrito para o seminário de 1955 ministrado Universidade da Califórnia. Serie: Subject File, 1949-1975, n.d. Hannah Arendt Papers, Manuscript Division, Livraria do Congresso, Washington D.C.

- Arendt, H. (2004). *Responsabilidade e Julgamento*. Trad. R. Einchenberg. Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2006). *Diários Filosóficos*. Trad. R. Gabás. Herder.
- Arendt, H. (2008a). *Compreender. Formação, Exílio e Totalitarismo*. Trad. D. Bottmann. Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2011). *Origens do Totalitarismo. Anti-semitismo. Imperialismo. Totalitarismo*. Trad. R. Raposo. Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2014). *A vida do espírito*. Trad. C. A. de Almeida, A. Abranches e H. Martins. 4ª ed. Civilização Brasileira.
- Arendt, H. (2016). *Entre o passado e o futuro*. Trad. M. W. Barbosa. Perspectiva.
- Arendt, H. (2021). *Pensar sem corrimão. Compreender (1953-1975)*. Trad. B. Andreiuolo et. al. Bazar do Tempo.
- Assy, B. (2015). *Ética, juízo e responsabilidade em Hannah Arendt*. Perspectiva.
- Barbosa, K. (2016). A questão judaica nas origens da filosofia política de Hannah Arendt. *Perspectivas*. 1 (2), 15-33.
- Bartoletti, S. Campbell. (2006). *A juventude hitlerista: a história dos meninos e meninas nazistas e a dos que resistiram*. Trad. B. Horta. Relume-Dumará.
- Canovan, M. (1992). *Hannah Arendt: a reinterpretation of her political thought*. Cambridge University Press.
- Chapoutot, J. (2014). *La loi du sang. Penser et agir en nazi*. Gallimard.
- Chevallier, J.-J. (1986). *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. Trad. L. Christina. Agir.
- Correia, A. (2014). *Hannah Arendt e a modernidade*. Forense Universitária.
- Di Pego, A. (2015). *La modernidad en cuestión. Totalitarismo y sociedad de masas en Hannah Arendt*. Edulp.
- Duarte, A.; Brepohl, M. (Orgs.). (2004). *A banalização da violência. A atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Relume-Dumará.
- Enegrén, A. (1984) *La pensée politique de Hannah Arendt*. Press Universitaires de France.
- Eslin, J. C. (1980). L'événement de penser. *L'Esprit*, n. 42. 7-18.
- Evans, R. J. (2012). *O Terceiro Reich no poder*. Trad. L. Brito. Planeta.

- Evans, R. J. (2016). *A chegada do Terceiro Reich*. Trad. L. Brito. Crítica.
- Fest, J. (2017). *Hitler*. Volume 2 (1933-1945). Trad. A. Teixeira Ribeiro et. al. 3ª ed. Nova Fronteira.
- Fröhlich, E. (Ed.). (1987). *Die Tagebücher von Joseph Goebbels: Sämtliche Fragmente*. Part I: *Aufzeichnungen 1924-1941*. KG Saur.
- Fruchter, N. (1970). Arendt's Eichmann and Jewish Identity. En J. Weinstein, D. Eakins (Eds). *For a New America: Essays in History and Politics from Studies on the Left 1959-1967*. Vintage.
- Koch, H. W. (1973). *A juventude hitlerista: Mocidade traída*. Trad. E. Jorge. Renes.
- Koonz, C. (2003). *The nazi conscience*. Harvard University Press.
- Lafer, C. (2003). *Hannah Arendt. Pensamento, persuasão e poder*. 2ª ed. Paz e Terra.
- Lefort, C. (1979). *Éléments d'une critique de la bureaucratie*. Gallimard.
- Lefort, C. (1986). *Essais sur le politique XIX-XX siècles*. Du Seuil.
- Malkova, Z. (1985). *Education. The Soviet Union today and tomorrow*. Novosti Press Agency Publishing House.
- Parekh, B. (1981). *Hannah Arendt and the search for a new political philosophy*. Macmillan.
- Paul, G. (1990). *Aufstand der Bilder: Die NS-Propaganda vor 1933*. Bonn.
- Pereira, G. A. E. (2018a) Alienação, Ideologia e Verdade na obra de Hannah Arendt. *Princípios Revista de Filosofia*. 25(48), 195-216.
- Pereira, G. A. E. (2018b). As "condições" da verdade dos fatos. *Argumentos Revista de Filosofia*. 10(20), 100-113.
- Rensmann, L. (2014). Totalitarianism and evil. En P. Hayden. *Hannah Arendt. Key concepts*. Routledge.
- Reuth, R. G. (1990). *Goebbels: eine Biographie*. Piper Taschenbuch.
- Rocha, L. (2019). *Pensar em tempos sombrios. As implicações políticas do pensamento na perspectiva de Hannah Arendt*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório institucional UFC. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49384>
- Rousset, D. (2016). *O universo concentracionário*. Trad. J. T. Proença. Antígona.

- Souki, N. (1998). *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Editora UFMG.
- Varela Rocha, A. G. (2021). A solidão como experiência central no totalitarismo no pensamento de Hannah Arendt. *Perspectivas*, 6 (2), 76-94.
- Vicente, G. A., Witt, M. A. (2017). A educação na Alemanha durante o Terceiro Reich e seu papel na doutrinação de crianças e jovens. *Conhecimento Online*. 10(1), 71-87.
- Villa, D. R. (1999). *Politics, Philosophy, Terror. Essays on the thought of Hannah Arendt*. Princeton University Press.
- Welch, D. (2002). *The Third Reich: politics and propaganda*. 2ª ed. Routledge.